

# Privatização da BR adiada

AJ 14442

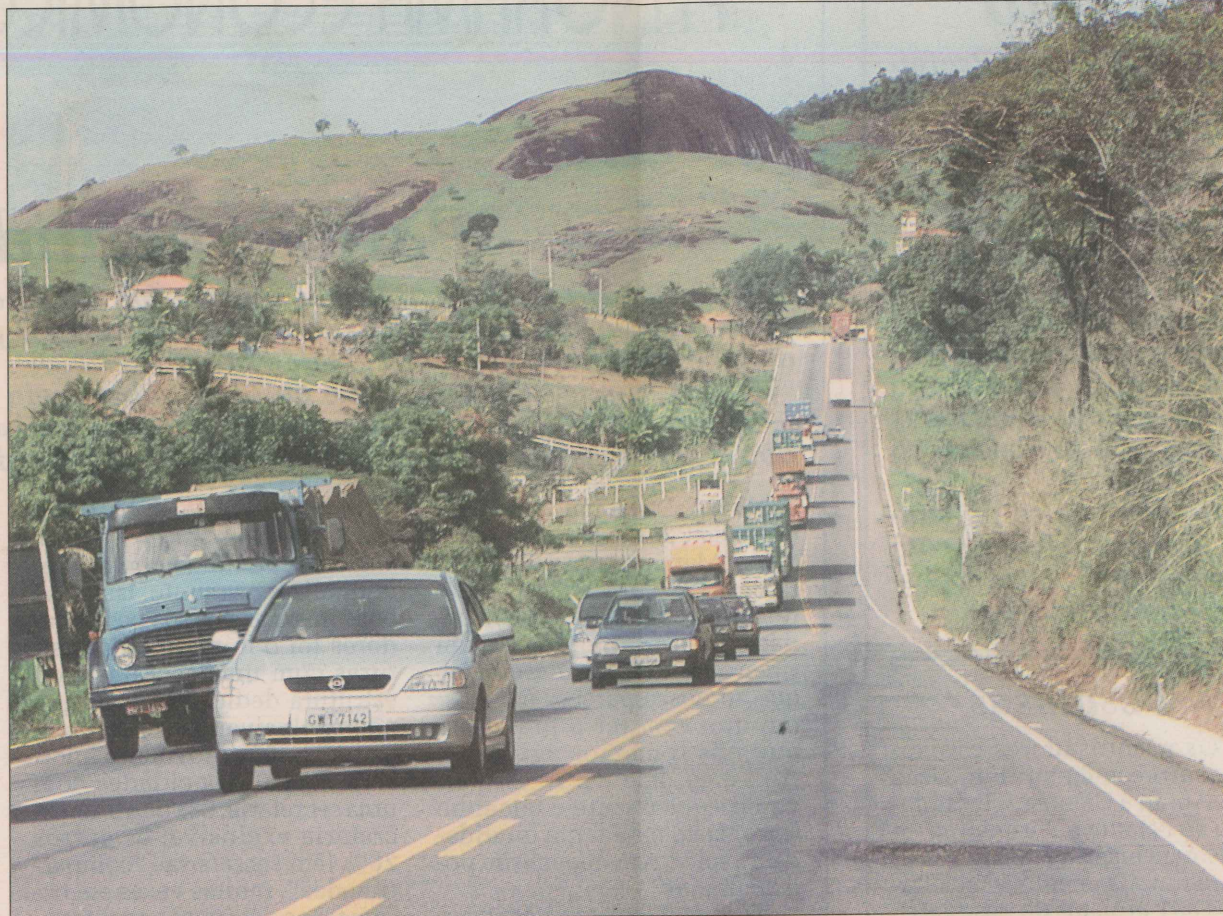
ANTONIO MOREIRA - 27/07/2004

*A concessão seria este ano, com pedágio de R\$ 4,80, mas a duplicação só começaria quatro anos depois*

O processo de privatização da BR-101, no Espírito Santo, não vai mais acontecer neste ano: o governo estadual junto com o empresariado local preferiu adiar a concessão do trecho para 2006, prevendo uma aceleração dos investimentos na estrada.

O assunto foi debatido na tarde de ontem entre o governador Paulo Hartung, empresários ligados ao setor de transportes e o secretário-executivo e o diretor de Outorgas do Ministério dos Transportes, Paulo Sérgio Passos e Fábio Duarte, respectivamente.

A previsão do Ministério dos Transportes era de que os 458 quilômetros da BR-101, que vai de Norte a Sul do Estado, fos-



**O início do processo de concessão da BR-101 no Estado ficou para o ano que vem**

sem licitados, com mais sete lotes, no segundo semestre deste ano.

Porém, a decisão do governo, conforme explicou Passos, foi de adiar a concessão para

2006, visto as novas projeções de investimentos previstos para o Espírito Santo, principalmente, com o advento da indústria petrolífera.

“Posso afirmar, com certeza,

que iremos fazer novos estudos no próximo ano, para a inclusão do trecho capixaba”, disse o secretário-executivo do Ministério dos Transportes.

Pelo estudo do órgão federal,

a concessão se daria ainda neste ano, com previsão de pagamento de pedágio no segundo semestre de 2006 (que, antes, era de R\$ 5,10, e depois passou para R\$ 4,80). Porém, os investimentos, como duplicação em alguns trechos, só seriam realizados no quarto ano de privatização.

“O fato de prorrogar por um ano não prejudica a economia do Espírito Santo. Os investimentos iniciais são passíveis de serem feitos pelo governo federal, em 2006, por serem de rotina”, ressaltou o secretário de Estado de Projetos Extraordinários, William Galvão.

Com esse adiamento, o governo estadual acredita que poderá antecipar os projetos de duplicação da rodovia – que, no atual projeto contemplaria 98,4 quilômetros e ainda 100 quilômetros de terceira faixa –, após a concessão do trecho.

Ao entrar na licitação em 2006, o Ministério dos Transportes terá que fazer uma nova projeção de fluxo de veículos e investimentos na rodovia capixaba.

Galvão destacou ainda que alguns trechos, como São Mateus, Linhares, Fundão e Ibi-raçu, terão que ter um tratamento mais adequado, já que a BR passa nas cidades. Fato esse que não foi contemplado no modelo atual.